

Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Defesa do Consumidor
para os devidos fins.

Em 02 / 07 / 13

lwaqz

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao

Rep. João Leal

Para Relatar.

Em, 03 / 07 / 2013

lll leal

Presidente da Comissão de
Defesa do Consumidor

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 24/2013

PROCESSO AL 1805/13

AUTOR: DEPUTADO GESSIVALDO ISAÍAS

RELATOR: DEPUTADO JOÃO DE DEUS

I- RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 132 e seguintes, do Regimento Interno a presente proposição para emissão de parecer técnico, conforme dispõe os arts. 30, inciso I, e 59 a 63 do mesmo diploma legal.

A proposição “ **Dispõe sobre a proibição da utilização de comandas ou cartões de consumo a serem pagos somente na saída em boates, danceterias, restaurantes ou bares com pista de dança e casas noturnas de shows/espetáculos, no âmbito do Estado do Piauí.**”

Após aprovação na Comissão de Constituição e Justiça foi encaminhado à Comissão de Defesa do Consumidor para parecer em relação a análise de mérito.

II – PARECER

Pretende o projeto de lei proibir o uso de comandas que registram o consumo durante a permanência do consumidor/cliente nos locais especificados. O uso da comanda foi uma forma adotada pelos estabelecimentos com o objetivo de garantir ao consumidor o controle sobre o próprio consumo evitando conflitos quando do pagamento em razão de possíveis divergências entre aquele anotado pelos garçons e o efetivamente consumido.

Na justificativa do projeto de lei, vê-se que a razão da proibição tem por base a tragédia ocorrida na cidade de Santa Maria no Rio Grande do sul que teria

como uma das agravantes o tumulto gerado pelo grande número de clientes que tentavam pagar suas comandas antes de saírem, já que os seguranças barravam a saída de quem não tivesse pago. Diz também que as comandas geram discussões e brigas devido às longas filas no guichê ao término dos eventos.

Ora, o uso de comandas é a garantia que o cliente tem de controlar todo o seu consumo. Retirá-las é prejudicar a parte mais vulnerável na relação, no caso, o consumidor/cliente, especialmente nos locais de grande movimentação como os aqui especificados. Cobrar antecipado um valor, como sugere o autor, para numa emergência todos poderem sair livremente, está privilegiando o empresário que tem obrigação de oferecer um serviço de qualidade nele incluído comodidade para efetivar o pagamento do que fora consumido além de proporcionar segurança. Se há aglomeração e desconforto durante o pagamento cabe aos estabelecimentos aumentar o número de caixas recebedoras, se há tumulto na saída cabe ao estabelecimento aumentar o número de saídas até porque independentemente das comandas a saída das pessoas em qualquer evento geralmente cria tumulto, quanto mais em momentos de emergência. Por outro lado, há órgãos responsáveis para dar a licença bem como fiscalizar referidos locais a fim de dar segurança a todos os frequentadores.

Portanto, o projeto em análise retira direito do consumidor já conquistado por causa de um evento na cidade de Santa Maria que levou a óbito muitas pessoas, mas que não tem relação alguma com a utilização de comandas.

III - VOTO DO RELATOR

Pelo exposto e, segundo as normas regimentais desta casa Legislativa, este relator **VOTA PELO NÃO ACATAMENTO DA MATÉRIA devendo ser arquivada..**

IV – PARECER DA COMISSÃO

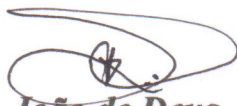
A Comissão de Defesa do Consumidor, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir:

() Pelo **acatamento do voto do relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros dessa Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este parecer, de acordo com a natureza de seus votos.

() Pela **rejeição do voto do relator**, apurado através dos votos dos parlamentares membros dessa Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este parecer, nos termos da natureza de seus votos.

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

Teresina, 21 de outubro de 2013.


João de Deus

Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores – PT

RELATOR

